

 <https://doi.org/10.56344/2675-4827.v7n3a2025.2>

Tendências do uso de métodos contraceptivos no Brasil: uma revisão de literatura

Ana Carolina Galhardo¹, Cora de Freitas Pupin¹; Clara Ipólito Sasso¹; Gláucia Costa Degani¹; Patrícia Bodnar Giuntini¹

INTRODUÇÃO

O planejamento reprodutivo é parte essencial das políticas de saúde pública e dos direitos sexuais e reprodutivos. No Brasil, observa-se uma trajetória de ampliação no acesso aos métodos contraceptivos ao longo das últimas décadas, em parte impulsionada pela atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem desempenhado papel central na oferta de métodos contraceptivos gratuitos à população (LEITE; GUIMARÃES, 2021). No entanto, apesar dos avanços institucionais, persistem desigualdades marcadas por recortes de classe, raça, gênero e território, que afetam a autonomia reprodutiva de amplas parcelas da população (FREITAS; MENEZES, 2022). Com base nesse panorama, esta revisão de literatura objetiva analisar as principais tendências no uso de métodos contraceptivos no Brasil entre 2010 e 2025, com ênfase em padrões de escolha, acesso e os desafios persistentes relacionados à equidade.

MÉTODOS/DESENVOLVIMENTO

Foi conduzida uma revisão de literatura nas bases PubMed, SciELO e LILACS. Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados entre janeiro de 2010 e abril de 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem o uso de métodos contraceptivos no Brasil. Os descritores utilizados foram “Anticoncepção”, “Métodos Contraceptivos”, “Brasil” e “Tendências”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. Foram excluídos artigos teóricos, comentários, cartas ao editor e estudos em populações fora do território nacional. A busca inicial identificou 302 publicações;

¹ Centro Universitário Barão de Mauá. E-mail: ana.carolina.galhardo@hotmail.com, patricia.giuntini@baraodemaua.br

após triagem por título, resumo e leitura integral, 15 artigos atenderam aos critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidenciou aumento no uso de métodos contraceptivos de longa duração (LARCs), como DIUs e implantes, especialmente após sua incorporação à política pública de saúde reprodutiva (FREITAS; MENEZES, 2022). Apesar disso, pílulas anticoncepcionais e esterilizações cirúrgicas continuam predominantes. Entre adolescentes e jovens, o uso de métodos de curta duração ainda prevalece, com destaque para o preservativo. Já entre mulheres acima dos 30 anos, observa-se maior prevalência da esterilização feminina. Disparidades regionais foram identificadas, com menor cobertura de LARCs nas regiões Norte e Nordeste, o que corrobora os dados apresentados por Díaz et al. (2020), que associam a escolha e o acesso ao método com fatores educacionais e regionais.

As barreiras de acesso envolvem desde a oferta limitada em serviços públicos até fatores socioculturais e baixa escolaridade. Além disso, a desinformação ou o medo de efeitos colaterais de métodos hormonais tem levado à popularização de métodos alternativos, muitas vezes sem respaldo científico. Outro ponto importante foi a persistente baixa adesão à vasectomia, refletindo desigualdades de gênero na responsabilidade contraceptiva, como também analisado por Heller e Silva (2023), ao abordar a construção cultural da contracepção como tarefa predominantemente feminina.

Embora haja avanços, como a maior disponibilidade de LARCs no SUS e a introdução de ações educativas, persistem desafios estruturais, institucionais e culturais. A esterilização precoce entre mulheres de baixa renda, a medicalização da contracepção e a ausência de consentimento plenamente informado são questões éticas e de saúde pública relevantes. A revisão sugere que, para além da ampliação da oferta, é essencial fortalecer o diálogo entre profissionais de saúde e usuárias, garantir o acesso universal e qualificado à informação e promover uma abordagem de equidade reprodutiva com recorte de gênero, classe, raça e território.

CONCLUSÃO

As tendências observadas refletem uma transição no comportamento contraceptivo no Brasil, marcada por avanços na oferta de métodos, mas também pela manutenção de desigualdades estruturais. Políticas públicas devem priorizar a ampliação do acesso equitativo, a formação continuada dos profissionais de saúde e o fortalecimento da autonomia reprodutiva com base na informação qualificada. O investimento em educação sexual crítica e inclusiva é indispensável para que todas as pessoas possam exercer seu direito ao planejamento familiar de forma livre, segura e consciente.

Conflito de interesses: Os autores não têm conflitos de interesse a divulgar.

Palavras-chave: Anticoncepção; Planejamento familiar; Saúde Sexual e Reprodutiva.

REFERÊNCIAS

FREITAS, M. B.; MENEZES, G. M. S. Tendências da contracepção hormonal oral e dos métodos de longa duração no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 25, e220019, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720220019>. Acesso em: 8 jun. 2025.

LEITE, I. C.; GUIMARÃES, M. D. C. Saúde reprodutiva no Brasil: o papel do SUS na oferta de métodos contraceptivos. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 129, p. 490–502, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112915>. Acesso em: 8 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: acesso e utilização dos serviços de saúde, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101758.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

DÍAZ, J. A. et al. Uso de métodos contraceptivos e fatores associados entre mulheres brasileiras. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 226–234, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0040-1710350>. Acesso em: 8 jun. 2025.

HELLER, T. V.; SILVA, K. S. O papel das redes sociais na percepção e no uso de anticoncepcionais entre jovens. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e330106, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312023330106>. Acesso em: 8 jun. 2025.